

ATA N.º 01/2013

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 22 de fevereiro de 2013.-----

----- Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 15 horas e 15 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 – Apreciação, discussão e votação da alteração dos estatutos da “INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM”, fixação da remuneração dos seus corpos sociais e designação do fiscal único da empresa futuramente designada “INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.”;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Cantanhede;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Cantanhede;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Cantanhede;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação das adendas aos Contratos-Programa/Gestão celebrados entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da aprovação da Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha;-----
- 8 – Designação do representante do Município de Cantanhede para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego;-----

9 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Cantanhede;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de emissão de declaração de reconhecimento do projeto do Município – “Cantanhede.pt – Balcão Único Multicanal e Desmaterialização de processos, no âmbito da Candidatura n.º 01/SAMA/2012 – Sistemas de apoio à modernização administrativa do Programa Operacional Fatores de Competitividade”;-----

11 - Autorização da assunção do compromisso plurianual – Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético ou sistema equivalente, para o período compreendido entre 16 de Junho de 2013 e 31 de março de 2015;-----

12 - Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana nas Freguesias.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, informou os presentes que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Catarino, por razões de carácter pessoal, não poderia estar presente, razão pela qual iria assumir a presidência da Mesa da Assembleia e conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedidos de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, pelo Secretário, Sr. Carlos Manuel Marto de Oliveira, conforme documento apresentado. Justificação da falta dos Sr.s Dr. Carlos Alberto Castelo Branco Ordens, Eng.º Rogério Paulo Simões Marques e Eng.ª Lénia Catarina Rato Monteiro por motivos profissionais e da Sr.ª Dr.ª Maria de Lurdes Mendes Silva, por motivos pessoais, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 05/2012, da sessão da Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2012, que posta à votação, foi aprovada por unanimidade.----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, em Exercício, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 18 de dezembro de 2012 a 22 de fevereiro de 2013, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, o Sr. Primeiro Secretário, Enf.º Maia Gomes, na qualidade de Presidente da Assembleia em Exercício, deu início ao período Antes da Ordem do Dia e convidando a Dr.ª Joana Inês Malta a integrar a Mesa e assumir as funções de Secretária da mesma nesta sessão, não tendo havido qualquer objeção por parte dos Membros presentes.-----

----- Interveio, em primeiro lugar, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, saiu uma notícia no Diário de Coimbra sobre o Hospital Rovisco Pais contendo um erro contabilístico ou financeiro, pois a situação descrita não poderia ser verídica, uma vez que divulga que o saldo transitado em dívida daquele Hospital no fim do ano de 2012 era de 112.000.00 € e o saldo efetivo era de 854.507.00 €. Referiu ainda que, atualmente aquele hospital é um hospital de referência, tanto em Portugal como no estrangeiro, uma vez que faz investigação e tem protocolos com universidades internacionais. De seguida, informou que a empresa Lactogal fez recentemente um grande investimento na fábrica da Tocha, tendo remodelado a sua instalação de gás por uma mais moderna, limpa, económica e que trabalha a gás natural, deixando assim de utilizar a antiga nafta, produto poluente que não respeita as normas europeias. É um feito que significa um prolongamento da laboração

daquela fábrica por uns bons largos e anos na Tocha, pelo que exprimiu a sua gratidão e reconhecimento ao Presidente da Câmara de Cantanhede pela rapidez com que deu andamento ao processo e ajudou na resolução do mesmo.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Eng.º Pedro Carrana, o qual, após cumprimentar todos os membros presentes referiu que, também ele havia visto a notícia respeitante ao Hospital Rovisco Pais, tendo ido confirmar à lista de incumprimentos no site da Direção-Geral do Orçamento, e confirmou que, tratando-se de um erro, se deveria solicitar aos jornais que façam a devida correção, passando a devida informação correta para a opinião pública. Por outro lado referiu a situação do Hospital do Arcebispo João e Crisóstomo e apresentou a seguinte intervenção, subscrita pelos membros da Bancada do PS: *“PS CANTANHEDE DEFENDE A PERMANÊNCIA DO HOSPITAL DE CANTANHEDE NO SNS – Defendemos um Serviço Nacional de Saúde, que sirva as populações e seja motivo de orgulho para o nosso Concelho e País. Os membros do PS de Cantanhede, estão preocupados com a privatização do Hospital Arcebispo João Crisóstomo (HAJC), que ainda em 2011 ganhou um prémio nacional de sustentabilidade financeira. O Estado fez um investimento de milhões de euros na requalificação do edifício e em equipamentos hospitalares, na dinamização e introdução de novas valências clínicas e que, por isso, é incompreensível querer, o Ministério da Saúde, agora desfazer-se do Hospital de Cantanhede. Ao contrário da privatização, consideramos que a população do concelho de Cantanhede não pode, nem deve ficar privada dos cuidados de saúde prestados pelo Hospital de Cantanhede. Defendemos: - A manutenção de todos os serviços e valências atualmente existentes; - o HAJC deve manter-se como prestador de cuidados de saúde de proximidade; - A manutenção dos direitos laborais dos cerca de 150 funcionários; - Um novo Protocolo para os serviços de*

saúde em Cantanhede, envolvendo as partes interessadas, que defenda os interesses da população e reforce as valências prestadas. Questionamos, que serviços de Saúde se perspetivam num futuro próximo? Que qualidade e com que financiamento? A saúde não pode ser um negócio! É necessário dizer Basta a este modo de Governar Contra as pessoas! É necessário dizer Basta de prejudicar Cantanhede e a sua População! Seremos intransigentes na Defesa de uma Saúde de Qualidade para a População do Concelho!”-----

----- Falou, seguidamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pocariça, Dr. Nuno Caldeira, o qual passou à leitura do seguinte comunicado: “*(Em representação das Freguesias diretamente visadas) - “Contra a Extinção de Freguesias no Concelho de Cantanhede - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias. Lei n.º 22/2012, de 30 de maio. Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. Por tudo o que nos distingue, por tudo o que nos identifica, por tudo o que nos particulariza, há uma causa maior que nos une: Somos todos pelas nossas freguesias, somos todos contra a extinção de freguesias. Todas... Todas as 19 freguesias do Concelho de Cantanhede estão envolvidas neste inequívoco manifesto conjunto contra a extinção de freguesias e particularmente contra a extinção de 5/10 freguesias do concelho de Cantanhede. O que podia resultar no envolvimento de cinco ou dez freguesias – Corticeiro de Cima e Vilamar, Outil e Portunhos, Bolho e Sepins, Camarneira e Covões, Pocariça e Cantanhede – as diretamente visadas pelo processo em questão, traduz antes o envolvimento e a ativa participação das 19, pois que se juntam às atrás mencionadas também Ançã, Cadima, Cordinhã, Ourentã, Murtede, Febres, São Caetano, Sanguinheira e Tocha, numa total sintonia com a expressão de desagrado e em total solidariedade. Esta será a derradeira e verdadeira ação na defesa incondicional das nossas freguesias,*

porque acreditamos que é desta forma que faz sentido. Os muitos argumentos estão plasmados nos diversos manifestos e comunicados anteriores que produzimos, nas moções que advogámos, nas missivas que remetemos às entidades devidas – Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Partidos Políticos com assento parlamentar, Unidade Técnica para a Reforma Administrativa Territorial Autárquica e Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local – e tratadas nos devidos espaços como são as Juntas e as Assembleias de Freguesia, a Assembleia Municipal e na Assembleia da República. Mas todos se resumem a uma simples e clara afirmação: não concordamos com os procedimentos seguidos, não concordamos com a extinção de qualquer freguesia do concelho de Cantanhede, não concordamos com a extinção das nossas freguesias! Plenamente cientes da realidade e das dificuldades com que nos deparamos e continuaremos a deparar, mas certos também de que fomos eleitos para defender a nossa freguesia até às últimas instâncias, como tal ainda não baixamos os braços e continuaremos a manifestar-nos. As 19 Freguesias do Concelho de Cantanhede estão a preparar uma Providência Cautelar, a que se seguirá a respetiva ação judicial, se a tal lhe for concedido provimento, contra a lei 22/2012, de 30 de maio, e contra a lei 11-A/2013, de 28 de janeiro. O processo dará entrada brevemente no Supremo Tribunal Administrativo, que há de pronunciar-se sobre o mesmo. Decidimos concretizar esta ação conjuntamente, contando com a participação de todas as 19 freguesias do Concelho, facto que reitera, corrobora e atesta a unidade que nos assiste na defesa dos interesses comuns: as nossas freguesias. Porque “Cantanhede sai à rua em defesa das freguesias!”-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, procedeu à leitura do seguinte comunicado: “*Presidente da Junta de*

Freguesia de Murte de em representação das 19 freguesias não visadas diretamente - “Desde o primeiro instante e em vários momentos, as 19 freguesias do Concelho de Cantanhede manifestaram a sua mais profunda discordância perante um processo imposto, injusto e injustificado, assim como desde sempre manifestaram a sua união em torno da defesa da integridade territorial concelhia. Ainda antes de se saber quais seriam as freguesias diretamente visadas, sempre manifestámos a mais profunda solidariedade, assente no sentimento de perda coletiva advindo desta reorganização administrativa, para a qual reiteramos a inexistência de quaisquer razões sociológicas, administrativas, geográficas, de racionalidade económica ou outras. Porque a luta contra a reorganização administrativa, sempre foi das 19 freguesias de Cantanhede, as 10 mais visadas não podiam portanto deixar de contar com o contributo institucional, emocional e financeiro das restantes 9, que se associam, participam e subscrevem a Providência Cautelar a interpor. Em representação das freguesias não agregadas, estamos pois solidários e unidos em torno daquela que é a máxima de todos: Cantanhede sai à rua, em defesa das Freguesias!”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Covões, Sr. Asdrúbal Torres, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou o último temporal que deixou aquela freguesia 8 dias sem luz. E, constatando que o perímetro urbano da freguesia de Covões é muito grande e tem muitos pinheiros e muitos cedros que, com o temporal danificaram muito a rede elétrica e os postes, questionou se o Município, através dos serviços de Proteção Civil, poderiam alertar as pessoas para cortarem os pinheiros e os cedros, que no futuro poderão voltar a fazer novamente estragos e aviltados prejuízos.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, o qual comunicou o seguinte: *“Foi inaugurado no dia 18 de Janeiro em Cantanhede um investimento de 30 milhões de euros num projeto de biotecnologia que visa produzir um novo fungicida biológico feito a partir de uma proteína obtida de um estrato de tremoço. A empresa nominada Converde contratou já mais de duas dezenas de colaboradores, muitos deles com formação superior, nomeadamente, na área da investigação tecnológica e prevê chegar aos 100 postos de trabalho quando atingir a velocidade cruzeiro. Trata-se de um acontecimento relevante para a economia do nosso concelho, só possível devido à existência do Biocant, concebido e iniciado graças á visão empreendedora e inovadora do anterior presidente da Câmara, Jorge Catarino e, cuja continuidade do atual presidente da Câmara, Prof. João Moura, também ele homem da investigação científica, tem dado particular atenção e conseguido enormes êxitos, colocando Cantanhede em lugar de destaque tanto a nível nacional como internacional neste tipo de investimentos de base tecnológica. Desejo o maior sucesso à Converde e dou os meus parabéns ao Presidente João Moura e a todo o Executivo Camarário, sendo certo que quem está de parabéns é o concelho de Cantanhede, porque apesar dos tempos difíceis que vivemos continua a atrair investimentos desta dimensão decisivos para assegurar a continuidade do grande desenvolvimento que tem vivido nos últimos anos.”*

Acrescentou ainda o seguinte: *“Quero aproveitar este período antes da ordem do dia para deixar uma palavra de muito apreço e gratidão a todos os elementos que compõem o Destacamento Territorial de Cantanhede da Guarda Nacional Republicana e às suas chefias, pelo excelente trabalho desenvolvido recentemente para a apreensão e recuperação de 58 toneladas de ferro de carris que estavam a ser furtadas, em pleno dia, no ramal do caminho-de-ferro entre Enxofães e Carvalho*

e a recuperação de muitos artigos encontrados numa residência da Praia da Tocha furtados em assaltos a estabelecimentos comerciais, residências e zonas Industriais nos Concelhos de Cantanhede e Montemor-o-Velho, tendo sido identificados, em ambas as situações os presumíveis prevaricadores. Numa época em que as nossas Forças de Segurança, são muitas vezes alvo fácil de críticas nem sempre justas, é importante valorizar estes e outros êxitos recentes, que muito têm contribuído para a nossa segurança coletiva, tantas vezes conseguidos arriscando a própria vida e nem sempre devidamente reconhecidos pelos nossos concidadãos.” De seguida, informou que leu na Comunicação Social vários assuntos referentes ao Concelho de Cantanhede, nomeadamente, que: O quartel da Praia da Tocha, da antiga guarda-fiscal, vai ser requalificado, pelo que felicitou o Executivo Municipal por esta iniciativa, dado que de facto, o antigo posto da guarda-fiscal está em condições de grande degradação e a sua recuperação beneficiará em muito a imagem da Praia da Tocha para além de lhe passar a ser dado um uso para a G.N.R. e para outras atividades; Que se vão manter os postos de enfermagem nas freguesias onde não há centro de saúde, medida pioneira que o Executivo Municipal tomou há alguns anos e que é fulcral para um elevado nível de cuidados de saúde à população, a custos bastante reduzidos e que bem poderia ser aproveitada pelos governantes a nível nacional para melhorar a qualidade dos serviços de saúde de todos os portugueses, felicitando também o Senhor Presidente da Câmara por manter aquela atividade; De seguida falou no fim de semana de 2 e 3 de março, de um evento internacional de ginástica, atividade que se deve a um excelente trabalho que tem sido feito pela Academia CantanhedeGym, que tem obtido grandes êxitos e conseguido muitos títulos, marcando já posição a nível internacional.-----

----- Tomou a palavra de seguida o Sr. Prof. Abel Carapeto, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou que, respeitante ao assunto da extinção das freguesias, está ao lado das 19 freguesias do Concelho e de todas as pessoas que estão naturalmente contra Lei da Reorganização Administrativa e, manifestou mais uma vez o seu apoio, o seu repúdio e apoiou todas as iniciativas que forem tomadas no sentido de fazer com que essa lei seja revogada. De seguida, questionou relativamente à questão da providência cautelar, sobre os fundamentos invocados, a previsibilidade do sucesso da mesma, quais serão os custos, quem os irá suportar e se a Câmara Municipal de Cantanhede está a dar algum apoio relativamente a esta questão. Relativamente às últimas intempéries vividas no último dia 20 de janeiro, agradeceu a atuação dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e da Proteção Civil pelo trabalho que desenvolveram, na sua rapidez de resposta e lamentou que a EDP não tenha agido da mesma forma, demorando demasiado tempo a resolver os problemas o que, de facto, causaram prejuízos muito avultados.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pocariça, Dr. Nuno Caldeira, informando que a providência cautelar se encontra a ser elaborada e que, previsivelmente, até ao final do mês poderá ser enviada a todos os interessados, concretamente, a todos os Membros da Assembleia Municipal. Informou ainda que, quanto às perspetivas, existe uma réstia de esperança no sentido de ser dada razão a esta questão. Finalmente, informou que os custos do processo serão suportados pelas 19 freguesias do Concelho de Cantanhede.-----

----- Retomando a questão do temporal, falou ainda o Sr. Presidente da Junta de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, informando que na sua freguesia tem uma situação ainda não resolvida e que se prende com várias árvores de grande porte que caíram

da zona da Brisa para a Estrada Nacional 234. Entende que deveriam ser essas duas entidades, que têm pessoal próprio a resolver esses problemas. Lamentou também a falta de rapidez dos serviços da EDP que, mesmo após várias comunicações, continuavam a dizer que não tinham conhecimento da avaria.-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Corticeiro de Cima, Dr.ª Cristina de Jesus, a qual após cumprimentar todos os presentes, enalteceu também a ação da Proteção Civil e dos Bombeiros aquando do temporal que se fez sentir em finais de Janeiro e informou que a própria Junta fez um esforço enorme e conseguiu resolver as situações maiores e lembrou que solicitou a ajuda da Câmara Municipal para limpar os caminhos e verificar alguns postes que estão danificados, o que ainda não aconteceu. De seguida, lembrou os acontecimentos da última Assembleia Municipal, na qual não esteve presente e lamentou o que leu da ata daquela sessão respeitante à sua pessoa e à entidade a que preside. Finalmente, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o porquê das Juntas de Freguesia do Corticeiro de Cima, Vilamar e São Caetano, sem extensão de saúde, não terem sido contempladas com os Centros de Enfermagem.-----

----- Em direito de resposta à Sr.ª Presidente da Junta de freguesia de Corticeiro de Cima, Dr.ª Cristina de Jesus, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pocariça, Dr. Nuno Caldeira, respondeu que a partir de um determinado momento, a Junta de freguesia do Corticeiro de Cima, e de Portunhos, não estiveram em conjunto nos trabalhos que as diversas freguesias levaram a efeito sobre a questão da extinção das freguesias, nunca tendo sido dito pela sua pessoa, em momento algum que a freguesia de Portunhos ou do Corticeiro de Cima não defendessem os interesses das suas freguesias.-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, em direito de resposta à Sr.^a Presidente da Junta de freguesia de Corticeiro de Cima, Dr.^a Cristina de Jesus, recordou que a mesma se havia recusado a participar em algumas ações que os Presidentes das Juntas de Freguesia pretendiam executar em conjunto, mais precisamente, recusando estar presente num jantar organizado para estudar as futuras ações a implementar.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Corticeiro de Cima, Dr.^a Cristina de Jesus, respondendo que, efetivamente, não foi a um jantar ou a outro, mas não considera que esse facto não signifique que não estava na mesma luta e recordou ainda que, sugeriu, via e-mail, ao seu Partido a elaboração de uma declaração a dizer para votarem contra a Lei, tendo ainda sugerido aos Presidentes de Junta do P.S.D. para fazerem o mesmo, o que efetivamente aconteceu.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Mário Miranda De Almeida começando por cumprimentar todos os presentes na sessão e agradecendo, em primeiro lugar a todos os Presidentes de Junta, Assembleia e à população, todo o trabalho que foi desenvolvido relativo à Reorganização Administrativa das Freguesias. De seguida congratulou-se com os protocolos que a Câmara celebrou relativamente aos Postos de Enfermagem e questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre o futuro do Posto Médico de Corticeiro de Cima. Prontificou-se ainda, se necessário for, para que aquela unidade de saúde possa efetivamente trabalhar, em disponibilizar-se para celebrar um protocolo tendo em vista o pagamento a um médico e a um enfermeiro para que o Posto de Saúde de Corticeiro de Cima seja reaberto urgentemente. Referiu ainda que leu na comunicação social que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura se iria recandidatar, pelo que lhe desejou muito sucesso e que continue a trabalhar em prol do progresso e do Concelho de Cantanhede. Finalmente,

informou que, a limpeza geral da Freguesia de Corticeiro de Cima, nomeadamente da fonte, do cemitério, dos passeios, do largo da Igreja, entre outros, tem deixado muito a desejar.-----

----- Falou de novo a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima, Dr.ª Cristina de Jesus, recordando ao Sr. Mário Miranda de Almeida, que esteve presente numa reunião organizada pela Junta de Freguesia destinada ao público, na qual colaborou e onde disse perante toda a população que estava ao lado da Executivo da Junta e que se estava a fazer um excelente trabalho. Quanto à limpeza da freguesia de Corticeiro de Cima, informou que a Junta tem uma candidatura a decorrer há mais de um mês no Centro de Emprego, não tendo havido capacidade de resposta por parte daquela entidade, facto incompreensível face ao número de desempregados que aumenta diariamente.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, Dr. Adérito Machado, o qual após cumprimentar todos os presentes, declarou não ter gostado de notícia enviada para a comunicação social pelo PS de Cantanhede, respeitante à desistência do Município de Cantanhede à RECVIN, a qual não demonstrou claramente a intenção do Município, dizendo mesmo que não quer voltar a ser candidato à cidade do vinho e que não está ao lado dos vitivinicultores e do melhor que se produz no concelho de Cantanhede, o que é pura mentira.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Eng.º Pedro Carrana respondendo que não lhe pareça que aquela notícia não contenha nenhum parágrafo que não tivesse sido falado na Assembleia Municipal, uma vez que tudo ali foi referido, nomeadamente, as dúvidas sobre se a Câmara Municipal devia ou não sair daquela associação promotora do vinho.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Júlio de Oliveira, acrescentando que uma parte significativa das receitas do Centro de Medicina de Reabilitação Centro, são serviços prestados a terceiros, a particulares, a companhias, nomeadamente, a companhias de seguros, o que significa uma verba muito maior que a média geral dos hospitais em Portugal e que tem condições para manter o seu trajeto independente e, se calhar, no curto ou no médio prazo auto suficiente. Relativamente ao temporal que se fez sentir em janeiro, elogiou a equipa de sapadores da Tocha que ocorreu não só às situações da freguesia da Tocha, mas também às situações de freguesias vizinhas, nomeadamente, Sanguinheira e Bom Sucesso, tendo trabalhado em conjunto com a Guarda Republicana da Tocha na manutenção do funcionamento da Estrada Nacional 109, devido aos pinheiros que caíram na estrada e iam sendo cortados e retirados. Relativamente às árvores que caíram em cima dos cabos da EDP, é de opinião de que aquela entidade deveria começar a fazer os cabos subterrâneos ou criar uma zona de proteção onde não haja madeiras junto das linhas e dos postes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes deu então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual após cumprimentar todos os presentes, referiu que, considera que, o caso da CONVERDE é um estímulo para o Executivo Municipal mas também para a própria Assembleia Municipal que soube, em devido tempo, entender o alcance que o projeto do Parque de Biotecnologia tem e terá no futuro. Relativamente à questão sobre o apoio da Câmara Municipal à Providência Cautelar, informou que a Câmara Municipal e o Executivo Camarário disponibilizarão o que for necessário para apoiar a reivindicação das Juntas de Freguesia, até porque tanto o Município como as Juntas de Freguesia estão em sintonia com as posições tomadas. Quanto à questão do

temporal vivido em Janeiro, confirmou que, face às dificuldades enormes que foram sentidas e de situações únicas que nunca tinham acontecido, nomeadamente, a efetiva falta de comunicação entre todos uma vez que não havia redes de telemóveis, houve realmente uma grande manifestação de solidariedade que se traduziu na disponibilidade total das pessoas ao nível das Juntas de Freguesia e dos seus Presidentes de Junta. Respondeu ainda à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Corticeiro de Cima, informando-a que a capacidade de resposta da Câmara Municipal não é algumas vezes a que mais gostaria de dar mas que se trata de um trabalho contínuo que tem sido feito consoante as prioridades mais prementes. Quanto à questão da falta de postos de enfermagem nas freguesias de Vilamar, São Caetano e Corticeiro de Cima, considerou que a mesma deva ser discutida na presença do então Diretor Executivo do Baixo Mondego, Dr. Carlos Ordens, sendo certo que o Município continuará a fazer uma pressão enorme para que o mais rapidamente possível, relativamente à USF As Gândaras, o seu Diretor promova juntamente com as autarquias locais a forma de fazer chegar a saúde de proximidade às populações.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:** -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação da alteração dos estatutos da “INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM”, fixação da remuneração dos seus corpos sociais e designação do fiscal único da empresa futuramente designada “INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.”»:**-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que, decorrente da publicação da Lei n.º 50/2012, de 31/08, que aprovou o regime da atividade empresarial, foi necessário adaptar os estatutos da Empresa Municipal, ao que aquela Lei determina. Informou ainda que, ao abrigo do art.º 62.º daquela mesma Lei, as empresas municipais que não cumpram um conjunto de 4 dos pressupostos, terão que ser extintas, o que não é o caso da INOVA, podendo esta continuar a prestar os serviços para a qual foi criada. Nos termos do art.º 70.º da citada Lei, deverão ainda os estatutos da INOVA ser adaptados em conformidade com os requisitos legais agora exigidos, nomeadamente, a sua constituição jurídica e o seu objeto, bem como ser aprovada a remuneração dos seus corpos sociais. Finalmente, informou que, em consequência, teve que se proceder à composição do novo Conselho de Administração da INOVA, que relacionado com o volume de negócio, implica que passe a ter três administradores, embora apenas dois administradores possam ser remunerados. Relativamente aos salários dos administradores, informou ainda que a proposta apresentada é de o salário do Presidente do Conselho de Administração daquela empresa municipal seja igual ao salário de Vereador da Câmara municipal de Cantanhede, e o dos restantes administradores de 90% do salário base do Vereador, acrescido das despesas de representação, num valor de 20%, subsídio de refeição e demais regalias sociais aplicadas ao Vereador, representando uma diminuição óbvia dos salários anteriores.

----- Tomou de seguida a palavra Vice-Presidente, Dr.ª Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes, acrescentou ainda que, decorrente do estipulado no n.º 3 do artigo 26.º da referida Lei n.º 50/2012, de 31/08, a Assembleia Municipal deverá designar o Fiscal Único e informou que a INOVA, já havia, através de adjudicação efetuada nos termos do Código dos Contratos Públicos adjudicado

aquela prestação de serviços à Firma Pinto Castanheira, SROC, Sociedade Unipessoal, Ld.^a. Informou também que, outra alteração decorrente da referida Lei, tem a ver com a alteração da composição do Conselho Geral, anteriormente constituído por determinada maneira e que agora, exatamente porque a empresa municipal passar a S.A., irá alterar. Assim existirá Conselho de Administração, o fiscal único e também a Assembleia Geral, sendo esta constituída, neste caso concreto, uma vez que a Câmara Municipal é detentora em 100% da empresa municipal, pelos sete elementos que constituem o executivo municipal, os quais não terão qualquer tipo de renumeração, nem senhas de presença. Informou ainda que, numa primeira fase, o Senhor Presidente da Câmara será o Presidente da Assembleia Geral e nomeará dois elementos para a mesa, sendo certo que, caso se verifique alguma incompatibilidade no decorrer no processo, poderá ter que sair algum elemento, o qual será acrescentado por deliberação da assembleia, para perfazer exatamente esses mesmos sete elementos.-----

----- Falou de seguida o Sr. Eng.º Pedro Carrana, questionando se, pelo facto da INOVA passar agora para Sociedade Anónima, a Câmara no futuro pode ou não alinear de alguma forma as quotas ou ações a privados. Relativamente aos estatutos da INOVA, sugeriu que o artigo 3.º, alínea g), que refere a questão do desenvolvimento e gestão do Complexo Desportivo de Ançã, deveria abranger todos os complexos desportivos municipais.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Professor Abel Carapêto, o qual solicitou esclarecimentos relativos ao objeto social, uma vez que o ponto 2 diz que fica excluído do objeto social da INOVA a gestão do sistema das águas pluviais e questionou sobre o porquê da Empresa Municipal não poder gerir a gestão das águas pluviais. Referiu ainda o facto do ponto 6 do artigo 5.º dizer claramente que há

a possibilidade de entradas de capital, pelo que questionou se não será o início da privatização da INOVA.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, solicitando autorização ao Senhor Presidente da Mesa, em Exercício, para que as questões colocadas fossem respondidas pelo Sr. Eng.º António Alves ou pelo Dr. Serafim Pires.-----

----- Dada a palavra ao Sr. Eng.º António Alves, este cumprimentou todos os presentes e solicitou ao Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, autorização para fazer uma apresentação sobre o trabalho da INOVA realizado ao longo dos últimos onze anos, nomeadamente, quanto à rede de saneamento e a rede de águas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, questionou a Assembleia sobre a solicitação efetuada pelo Sr. Eng.º António Alves, não tendo havido qualquer oposição.-----

----- Retomou então a palavra o Sr. Eng.º António Alves, tendo de seguida apresentado a evolução da INOVA desde a data da sua criação, nomeadamente, no que diz respeito a todas as suas atribuições, recursos humanos e situação económico-financeira. De seguida, respondendo às questões colocadas pelos Srs. Eng.º Pedro Carrana e Professor Abel Carapêto, informou que, relativamente às águas pluviais, quando a INOVA foi formada em 2002, houve uma grande pressão para que a Empresa Municipal ficasse com as águas pluviais e que, ele próprio, à data Diretor do Departamento de Obras, achou que as águas pluviais deveriam ficar no Departamento de Obras, porque geralmente, quando há inundações ou quando há grandes chuvadas, a primeira coisa que as águas pluviais danificam são as estradas. Acrescentou ainda que, só faria sentido ficarem naquela empresa, caso existissem ainda sistemas unitários de captação do esgoto e das águas pluviais, o

que já não acontece, todas as redes são individuais, sendo a parte dos esgotos um coletor e a parte das águas pluviais outro coletor. Nesse sentido, confirmou que continua a defender que de facto que as águas pluviais devem ficar com a Câmara Municipal. Relativamente ao Complexo Desportivo de Ançã, informou que, de facto, o objeto social da INOVA apenas contemplava complexos desportivos e não ação desportiva. Informou ainda que, com a publicação da Lei n.º 50/2012, de 31/08, apenas devem pertencer ao objeto social as atividades que efetivamente sejam desenvolvidas. Assim, como a INOVA está a construir o Parque Desportivo de Ançã, relacionado com o desporto foi a única coisa que ficou no seu objeto social.-----

----- Falou de seguida o Sr. Dr. Pedro Bento, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões: Até que ponto é que as notícias de possível privatização da INOVA são efetivamente reais e são motivo de inquietação para os munícipes? Se for verdade, até onde e como se poderá resistir? E finalmente, caso não seja possível resistir, qual será o futuro da tão recentemente estruturada INOVA? Relembrou ainda as intempéries que, recentemente, constrangeram a maior parte da população e questionou sobre a existência de plano de segurança a nível municipal do abastecimento de água para o futuro, o qual poderia ser estudado em parceria do Município com as Juntas de Freguesia do Concelho.-----

----- Tomou também a palavra o Sr. Abel Carapeto, tendo colocado as seguintes questões ao Sr. Eng.º António Alves, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da INOVA: Considerando o período económico-financeiro particularmente difícil que se atravessa, qual é a taxa do não cumprimento do pagamento dos consumidores e caso exista, quais os procedimentos que estão a ser seguidos para tentar resolver o assunto e se a Câmara tem algumas políticas

sociais de apoio às famílias carenciadas que não têm possibilidade de pagar a água? Qual o motivo por não ter ainda sido construído o ramal de saneamento na Rua quer dá cesso à Fonte do Chafurdo, na Rotunda junto ao Café Nacional em Outil? Se é possível mudar a localização do ecoponto que se encontra junto à Capela de São Francisco, no lugar de Zambujal por se encontrar a tapar a referida capela e a visibilidade quem vem da estrada dos Gordos? E, finalmente, qual a evolução dos investimentos referentes aos transportes urbanos de Cantanhede ao longo destes últimos anos e se se continua a justificar aquele investimento.-----

----- Falou também o Sr. Prof. Armindo Grilo, o qual após cumprimentar todos os presentes lembrou o começo da INOVA e elogiou todo o trabalho que tem sido feito.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que respondendo à questão colocada pelo Sr. Dr. Pedro Bento, afirmou que a questão da privatização da água não está em causa, nem nunca houve qualquer apelo por parte das Águas de Portugal nesse sentido. De seguida, lembrou que neste mandato, a percentagem de rede de saneamento ligada passou de 54% para praticamente 95% de rede de saneamento ligada e exprimiu a sua preocupação quanto aos próximos investimentos a efetuar na renovação das linhas de água, os quais apontam para 7,4 milhões de euros, somado à renovação da rede de saneamento das águas residuais estimado em 4 milhões e que serão objeto de candidatura ao próximo quadro comunitário de apoio. Lembrou ainda que, o sistema das Águas de Portugal contempla todos os tipos de situações, desde os sistemas verticais puros em que os municípios fazem a captação e distribuem aos que foram privatizados. Desde as que fizeram concessão total, outros com sistemas mistos em que os Municípios gerem a baixa na entrega aos domicílios mas a alta é

gerido pelas Águas de Portugal através dos sistemas que estão espalhados pelo país. Sendo certo que Cantanhede tem apenas cerca de 50% no sistema intermunicipal através da SIMRIA. Relativamente à questão das políticas sociais, informou que o regulamento contempla essa preocupação, dando o exemplo do caso das famílias numerosas, e acrescentou que relativamente às famílias que neste momento estejam em dificuldades, será seguido um conjunto de procedimentos, passando pela identificação e confirmação dessas situações. Relativamente à questão levantada sobre o ramal em Outil, na rua do Chafurdio, informou tratar-se de uma zona urbanizável sujeita a regras, nomeadamente, com a comparticipação por parte dos requerentes do ramal. Finalmente, quanto à questão colocada sobre os Transportes Urbanos de Cantanhede, lembrou que o assunto já foi várias vezes discutido na própria Assembleia Municipal e que todos sabem que é um sistema deficitário mas que é importante continuar a mantê-lo.-----

----- Foi dada a palavra, de seguida, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Júlio de Oliveira, o qual felicitou o Sr. Eng.º António Alves pelos resultados apresentados e elogiou os funcionários da INOVA, que considera de muita responsabilidade, por transmitirem confiança e terem orgulho da empresa que representam. De seguida, teceu algumas considerações sobre a problemática da água e a falta que esta pode vir a fazer no futuro, derivado às alterações climáticas e que pode vir a gerar grandes conflitos. Mencionou ainda alguns estudos feitos pelo Parlamento Europeu sobre a uniformização do preço da água em cada país membro. Finalmente prestou homenagem ao Sr. Manuel dos Santos Silva, antigo Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, que no ano de 1969 ou 1970 adquiriu os Olhos da Fervença e a zona envolvente para que fosse a fonte de abastecimento futuro do Concelho de Cantanhede, bem como ao Sr. Dr. Jorge

Catarino, Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede que, enquanto Presidente da Câmara, levou à constituição da Empresa Municipal “INOVA”. -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informou que, relativamente à INOVA, nunca esteve em cima da mesa falar-se em privatização, e que, relativamente à questão dos Transportes Urbanos de Cantanhede, poder-se-ia sempre aumentar a área de cobertura dos mesmos, indo a outras freguesias, mas, não há dúvida de que, se o sistema já é deficitário, haverá acréscimos de custos e portanto mais uma vez, seria de novo uma decisão política.-----

----- Após apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos da “INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM”, fixação da remuneração dos seus corpos sociais e designação do fiscal único da empresa futuramente designada “INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.”, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos precisos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal.-

----- Relativamente aos pontos seguintes, ponto **3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Cantanhede»**, ponto **4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Cantanhede»** e ponto **5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Cantanhede»**, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, que fossem retirados da ordem de trabalhos em virtude do Município ter recebido um ofício da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos a solicitar que se aguarde pela emissão do parecer daquela entidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, retirou da ordem do dia os referidos Ponto, 3,4 e 5.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação das adendas aos Contratos-Programa/Gestão celebrados entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM».**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que a Assembleia Municipal em sua sessão de 17/12/2012, sob proposta da Câmara Municipal de 04/12/2012, aprovou a celebração de 5 contratos programa entre o Município de Cantanhede e a Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM, tendo em vista a realização de um conjunto de atividades nas seguintes áreas: Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes; Complexo de Piscinas Municipais; Quinta Agrícola Biológica; Limpeza Urbana e Transportes Urbanos de Passageiros. Os referidos contratos programa foram celebrados a 18/12/12, tendo os mesmos sido enviados para o Tribunal de Contas e Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do disposto no n.º. 7 do art.º. 47.º. da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto. Informou ainda que, o Tribunal de Contas solicitou um conjunto de esclarecimentos aos processos em causa, nomeadamente: - Informação de compromisso nos termos do anexo II da Resolução n.º. 14/2011, de 11 de julho, acompanhada do registo de compromisso retirado do sistema contabilístico, pelo valor integral da transferência correspondente e com número válido e sequencial; - Incluir o número de compromisso no contrato programa, ainda que por adenda. Assim, deverão ser aprovadas as minutas das 5 adendas aos contratos programa celebrados com a Inova, EEM a 18/12/2012, que respondem à solicitação do Tribunal de Contas e informou ainda que, em três delas

(Quinta Agrícola Biológica, Limpeza Urbana e Transportes Urbanos de Passageiros) procedeu-se igualmente aos acertos necessários com o ajustamento ao valor global na 12ª. prestação.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foram colocadas a votação as adendas aos Contratos-Programa/Gestão celebrados entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EEM, tendo sido aprovadas por maioria, com 7 abstenção e 25 votos a favor.-----

-----**Passou-se de seguida ao Ponto 7 da Ordem de Trabalhos - «Apreciação, discussão e votação da aprovação da Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha»:**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara solicitou à Mesa da Assembleia Municipal autorização para que o Sr. Eng.º Coelho de Abreu, Diretor do Departamento de Urbanismo pudesse apresentar tecnicamente o assunto.-----

----- Tomando então a palavra o Sr. Eng.º Coelho de Abreu, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, após a aprovação dos planos de Urbanização de Ançã e Febres, encontra-se agora para aprovação o Plano de Urbanização da Praia da Tocha, muito importante para o Município de Cantanhede, porque a Praia da Tocha é uma zona de desenvolvimento turístico muito importante e que já tem a sua zona de expansão esgotada. Informou ainda que, o plano de urbanização permitirá reformular aquela expansão, enquadrando-a devidamente de acordo com a legislação em vigor e substituirá o Plano Geral de Urbanização da Praia da Tocha existente desde 1970 e que conseguiu resolver a maior parte dos problemas do núcleo central do aglomerado da Praia da Tocha. Relativamente às áreas de expansão, foram necessários mais três planos de pormenor e parciais de

urbanização, que são agora revogados e substituídos por este novo plano de urbanização que vai permitir a expansão urbana nas zonas norte e sul da Praia da Tocha. Informou também que, outro objetivo deste plano de urbanização era a realocação do Parque de Campismo, infraestrutura que continua a ser fundamental para o desenvolvimento da Praia da Tocha. Realçou que o Parque de Campismo esteve inicialmente previsto para a zona norte, junto à unidade de piscicultura, que se encontra em funcionamento, tendo-se concluído que os terrenos a afetar ao Parque estavam arrendados pelos compartes àquela unidade de piscicultura. Assim, e após estudos que foram sendo feitos, verificou-se que a deslocação do Parque de Campismo da zona sul onde se encontra, iria agravar os problemas de desenvolvimento da zona sul, menos desenvolvida que a zona norte pois é nesta que se encontram os estabelecimentos comerciais, os restaurantes, os cafés, bem como ao longo da Rua dos Pescadores da Nossa Senhora da Tocha, na qual é importante manter a circulação dos utentes do parque de campismo. Decidiu-se então manter o parque de campismo na zona sul, mas mais para nascente, fora do espaço urbano, porque se trata de uma infraestrutura compatível com o espaço rural, permitindo o aproveitamento da área atualmente ocupada pelo Parque de Campismo para expansão urbana. Informou ainda, que será necessário fazer grandes investimentos para infraestruturar as áreas urbanizáveis, cujos custos, de acordo com o plano, se estimam em 2 milhões e meio de euros, Explicou também que, os outros objetivos do plano decorrem da própria legislação, como seja a adaptação do Plano de Urbanização aos planos de ordem superior que entretanto foram aprovados tais como o Plano Regional do Ordenamento do Território e o Plano do Ordenamento da Orla Costeira que já vigora há mais de 10 anos e que se encontra em fase de revisão. Finalmente passou a

descrever pormenorizadamente, com base numa projeção daquela zona todas as alterações ao plano de urbanização da Tocha.-----

----- Tomou de seguida a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, em Exercício, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual apresentou a seguinte declaração, também subscrita pelo Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr, Júlio de Oliveira: “O Plano de Urbanização da Praia da Tocha agora revisto é um importante passo para a sua dinamização, criando condições para que se torne cada vez mais atrativa e aumentando significativamente a sua reconhecida qualidade, que lhe tem permitido receber desde há muitos anos a Bandeira Azul e com frequência considerada a melhor praia da região. Este renovado instrumento vai permitir o crescimento ordenado da Praia da Tocha e levar a que esta, além de apreciado centro de veraneio, venha a afirmar-se cada vez mais como polo de fixação de população, dada a sua proximidade com a Zona Industrial da Tocha e com o Centro de Medicina de Reabilitação Rovisco Pais. O novo desenho urbano deste Plano contempla maior oferta em comércio e serviços contribuindo para uma maior dinâmica de emprego. A realocização do Parque de Campismo noutra local mais adequado e a nova rede de equipamentos prevista, melhoram a imagem da Praia e criam novos focos de atração. Felicitamos, por isso, o Executivo Municipal, pelo êxito da iniciativa e o Departamento do Urbanismo pelo profissionalismo e empenho que colocou na sua concretização. Queremos deixar também uma palavra de muito apreço para os Compartes dos Baldios da Freguesia da Tocha e para os seus órgãos Sociais, detentores de uma parte significativa dos terrenos onde se verifica a expansão urbana prevista neste novo Plano de Urbanização, pela postura colaborante e facilitadora que sempre mantiveram, contribuindo assim decisivamente para o desenvolvimento futuro da Praia da Tocha.”-----

----- Tomou de seguida a palavra o Sr. Prof. Armindo Grilo, questionando sobre a distância existente entre o novo parque de campismo e a Praia em si.-----

----- Respondeu de seguida, o Sr. Eng.º Coelho de Abreu, que essa distância será de 350/400 metros, relativamente ao parque atual, não colocando em causa o facto dos utentes do Parque de Campismo poderem continuar a ir a pé para a Praia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação a proposta de Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, tendo esta sido aprovada, por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Designação do representante do Município de Cantanhede para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego».**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura informou que, no âmbito do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, a Assembleia Municipal, tem de nomear um representante, que terá assento no designado Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego.-----

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Pedro Carrana, o qual, apresentou a proposta subscrita pela Bancada do P.S., a qual ficou designada por “Proposta B” do seguinte teor: *“A Bancada do P.S. na Assembleia Municipal de Cantanhede vem propor o senhor Enfermeiro Egídio Patrão, como representante do Município de Cantanhede para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centro de Saúde do Baixo Mondego.”*-----

----- Falou ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual, apresentou a proposta subscrita pela Bancada do P.S.D., a qual ficou designada por “Proposta A” do seguinte teor: *“A Bancada do P.S.D. propõe que o representante do Município de Cantanhede para o Conselho da Comunidade do*

Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego seja o Ex.mº Sr. Presidente da Camara Municipal de Cantanhede, Prof. Dr. João Moura.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, acrescentando que, não estando em causa a pessoa que possa vir a ser designada, é de opinião de que há determinados lugares onde a representação deve ser feita a um determinado nível, pois o conselho consultivo da comunidade é um conselho onde vão estar entre várias entidades, um representante de cada município, como tal, a sua colocação naquele órgão será uma oportunidade para o poder político poder estar representado no conselho da comunidade, local muitas vezes de discussão política e que temos de utilizar para defender os interesses de Cantanhede.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou à votação as propostas “A” e “B” apresentadas, tendo respetivamente, como candidatos, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Enf.º Egídio Patrão, tendo a proposta A obtido 24 votos e a proposta B obtido 8 votos, ficando assim nomeado para fazer parte do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura.--

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Cantanhede».**-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.ª Helena Teodósio, a qual a qual informou que, decorrente do Decreto-Lei 48/2011, de 1 de abril, para simplificar o regime do exercício para as diversas atividades económicas no âmbito do licenciamento zero, é proposto à assembleia, este novo projeto de regulamento, trabalho conjunto do Departamento

Administrativo e Financeiro, do Departamento de Urbanismo e do Gabinete Jurídico. Informou ainda que, caso seja aprovado, este projeto irá revogar o Regulamento de Publicidade em vigor e que foi aprovado em 2006, assim como uma Postura de Ocupação de Via-Pública aprovada em 1990. Finalmente, informou que o Regulamento da Publicidade e Ocupação do Espaço Público no Município de Cantanhede adapta-se às imposições legais que o próprio Licenciamento Zero está a impor. Referiu ainda que, decorrente do espírito da Lei, foram eliminados alguns tipos de licença, de autorizações, o que conduzirá à redução de encargos administrativos seja para os munícipes em geral, seja para as empresas, mas que também irá provocar uma descida em termos de receita das taxas municipais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação a proposta de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Cantanhede, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

-----**Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de emissão de declaração de reconhecimento do projeto do Município – “Cantanhede.pt – Balcão Único Multicanal e Desmaterialização de processos, no âmbito da Candidatura n.º 01/SAMA/2012 – Sistemas de apoio à modernização administrativa do Programa Operacional Fatores de Competitividade”».**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual referiu que se trata de um grande passo na desmaterialização de processos e que o mesmo corresponde a uma candidatura de cerca de meio milhão de euros, que não se pode desperdiçar, tendo em vista a implementação do projeto Cantanhede.pt.-----

----- De seguida falou a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, informando da necessidade do assunto ser presente à Assembleia Municipal tendo

em vista a emissão de uma declaração que refira que o projeto em apreciação assume um carácter estratégico, sendo decisivo para a melhoria da eficiência e qualidade dos serviços prestados aos munícipes, contribuindo para o esforço da modernização administrativa em curso, em consistência com os objetivos nacionais e regionais estabelecidos neste domínio. Informou ainda que, a candidatura, com um valor de 580.000,00 €+ IVA, tinha que ser apresentada até 15 de Fevereiro de 2013 e que, para não a perder, o Município avançou com a mesma.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, em Exercício, deu de seguida a palavra à Sr.^a Dr.^a Dulce Santos, a qual questionou se a referida candidatura exigia efetivamente, ou não, uma deliberação da Assembleia Municipal no sentido da sua utilidade, caso o seja se não deveria ser necessário ratificar a deliberação tomada pelo Executivo e ainda, se a falta desta autorização não poderá por em risco a referida candidatura.---

----- Retomou a palavra a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Helena Teodósio, confirmando que a declaração era uma das condições que estavam estabelecidas na própria candidatura, mas que o prazo da mesma terminava antes da data da presente sessão. Informou ainda que, foi contactada a equipa técnica daquela candidatura, tendo sido informada de que a candidatura seria enviada apenas com a deliberação de Câmara e ficando plasmado na própria candidatura que após a sessão da Assembleia Municipal seria inserida a declaração daquele órgão na própria candidatura. Acrescentou ainda que, o regulamento da Candidatura, não obrigava a que houvesse a declaração em causa, mas que, a Câmara Municipal achou que seria um suporte mais forte para a própria candidatura.-----

----- De novo, a Sr.^a Dr.^a Dulce Santos questionou se efetivamente, não seria necessário uma deliberação de ratificação da Assembleia Municipal.-----

----- Foi então dada a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José Negrão, o qual esclareceu que são duas situações distintas e necessárias, sendo certo que é necessário uma deliberação da Assembleia Municipal para fazer parte do dossiê, no âmbito da fiscalização às candidaturas do QREN.-----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocada a votação a emissão de declaração de reconhecimento do projeto do Município – “Cantanhede.pt – Balcão Único Multicanal e Desmaterialização de processos, no âmbito da Candidatura n.º 01/SAMA/2012 – Sistemas de apoio à modernização administrativa do Programa Operacional Fatores de Competitividade”, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Autorização da assunção do compromisso plurianual – Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético ou sistema equivalente, para o período compreendido entre 16 de Junho de 2013 e 31 de março de 2015 / Pedido de autorização».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, com competências delegadas, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a Lei n.º 8/2012, a Lei dos Compromissos, a autorização de qualquer assunção de compromisso plurianual, está subjacente a autorização prévia da Assembleia Municipal, estando em causa na presente sessão o fornecimento de gasóleo e de gasolina por cartão magnético, no período compreendido entre 16 de junho de 2013 e 31 de março de 2015, portanto plurianual, cujo custo estimado é de 348.704 € + IVA.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual – Fornecimento de gasóleo

e gasolina, por cartão magnético ou sistema equivalente, para o período compreendido entre 16 de Junho de 2013 e 31 de março de 2015, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana nas Freguesias»:-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que, tal como nos anos anteriores, vêm à Assembleia Municipal as minutas dos protocolos a celebrar com as juntas de freguesia, referentes á requalificação urbana. Informou ainda que os montantes são os mesmos do ano passado, ou seja, 378.040,00 € para obras e melhoramentos na requalificação urbana e 67.343,00 € para os materiais.-----

----- Não havendo mais pedido de intervenção, foi colocada a votação a minuta dos Protocolos de Colaboração a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Juntas de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana nas Freguesias, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo o Sr. Amílcar Gonçalves, gerente de uma fábrica de pirotecnia, questionado sobre a forma

como, nestes últimos anos da Expofacic, é feito o concurso para a aquisição do fogo-de-artifício no encerramento daquele certame.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informando que é um assunto tratado pela INOVA, e pelo seu Presidente do Conselho de Administração, ao qual é perfeitamente alheio.-----

----- Estando ainda presente, o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Eng.º António Alves, este explicou qual o processo que leva à adjudicação daquele concurso e convidou o Sr. Amílcar a dirigir-se à INOVA para expor as suas dúvidas. -----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa, em Exercício, Enf.º Maia Gomes, sendo 19 horas, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: